

## DOS EFEITOS DO TERROR\*

*Nec civium ardor prava jubentium mente quatit solida*

Horácio

O barulho de alguns ataques pessoais, dirigidos contra mim em certos jornais, fez-me por um momento temer ser obrigado a rechaçá-los. Mas, lendo-os, vi, com felicidade, que podia dispensar-me de respondê-los, e, fiel às minhas resoluções anteriores, esquecer os homens para só me ocupar da busca da verdade.

Quero aproveitar a ocasião que me oferece essa nova edição de minha obra [*Das reações políticas*] para refutar, se o puder, uma doutrina que começa a se espalhar: doutrina que creio falsa em si mesma e perigosa em suas conseqüências, mas ao que parece deseja-se transformar em sistema, e que tem muitos títulos para ser adotada, pois promete ao mesmo tempo o repouso, que sete anos de turbulências tornaram uma necessidade para as almas fatigadas, e a vingança que sete anos de sofrimentos tornaram uma necessidade para os corações amargos.

Eis o resumo dessa doutrina<sup>1</sup>. Suas diversas partes parecem se combater, mas a contradição é só aparente.

\*Tradução de Josemar Machado de Oliveira. Esse texto de Benjamin Constant apareceu em maio de 1797 na reedição *Das Reações Políticas*.

<sup>1</sup> Não sei se acharão que reproduzi com exatidão o sistema desenvolvido em uma brochura que tem por título: *Des causes de la Révolution e de ses resultats*. Reproduzi-o tal como o concebi e sem ter em mim o sentimento de nenhuma prevenção. Essa obra, de resto, cuja idéia dominante não me parecia justa, está escrita com um grande talento de estilo e uma grande força de pensamento. Ela contém muitas observações profundas e desenvolvimentos felizes; anuncia um escritor que, por qualquer partido que se decida, será sempre um homem proeminente desse partido, e que não seria louvar em demasia por estar, nesse momento de perigo, alinhado francamente e sem reserva do lado dos republicanos.

“Aqueles que fundaram a república francesa não sabiam o que fundavam. Eram, na maior parte, homens perdidos por crimes, que tinham ouvido dizer que, nas repúblicas, os mais facciosos eram os que tinham mais crédito. (*Des causes de la Révolution et de ses resultats*, p. 65). Fundando a república, necessitaram do terror. Era preciso que o Estado percesse ou que o governo se tornasse atroz (*ibid.*, p. 27). Foi o terror que consolidou a república. Restabeleceu a obediência internamente e a disciplina externamente (*ibid.*, p. 34). Passou dos exércitos republicanos aos exércitos inimigos (*ibid.*, p. 34). Ganhou até os soberanos e valeu à França tratados honrosos com metade da Europa (*ibid.*, p. 35). Mesmo os sucessos que tiveram lugar somente depois do terror foram, entretanto, o efeito da impressão que ele tinha produzido (*ibid.*, p. 35). Destruiu os usos e os hábitos que teriam lutado contra as instituições novas (*ibid.*, p. 45). Para não sucumbir à violência dos meios empregados contra ele pelos inimigos, era preciso meios tão violentos quanto: era preciso meios ainda mais violentos para destruí-los<sup>2</sup>. Consolidada pelo terror, a república hoje é uma excelente instituição: é preciso adotá-la. Da mesma maneira, Roma foi fundada por bandidos e essa Roma tornou-se a dona do mundo (*ibid.*, p. 66).”

Estou longe de censurar aos autores desse sistema as conseqüências que ele me parece ter. A mais simples experiência dos homens e da maneira como as idéias se combinam nos ensina que as conseqüências que nos parecem resultar evidentemente de um princípio, são algumas vezes absolutamente desconhecidas de seus mais

---

<sup>2</sup> *Ibid.*, p. 37. Algumas pessoas disseram que, na obra que refuto, o terror era representado, não como necessário à França, nem mesmo como necessário a uma revolução, mas somente como inevitável em uma revolução feita por um povo corrompido e cujos principais personagens se destacaram por crimes. Eis as próprias palavras do autor: “Quando essas revoluções (as revoluções populares) não são mais sustentadas pelo fervor do povo e não são também por seu cansaço, fracassariam, na ausência da força, se não lhe sobreviesse, no meio do percurso, um reforço, e esse reforço, é o terror (p. 28).” Não se trata nem de uma revolução feita por um povo corrompido, nem de uma revolução cujos principais personagens se destacaram por crimes. Trata-se de todas as revoluções populares. É um axioma geral que é aplicável a todas, indistintamente. Os capítulos III e IV representam o terror como inseparável de todas as revoluções desse gênero, como necessário à sua duração, como indispensável ao seu sucesso. Todo leitor imparcial neles encontrará essa teoria desenvolvida e apoiada por uma massa de raciocínios mais ou menos profundos, e é essa teoria que tentei refutar.

zelosos partidários. Uma ligeira diferença em um dos elos do sistema, no sentido de uma expressão, em uma idéia intermediária, ou em uma opinião coexistente, pode levar a uma série de raciocínios e a conclusões diretamente opostas. Nada é mais contrário ao progresso das luzes que fazer recair sobre um escritor o odioso ou o absurdo de pretensas conseqüências, que ele não extraiu de seus princípios e que nós deles extraímos sem seu consentimento: é preciso desenvolvê-las, para que ele as compare àquelas que extraiu; mas é só pela mais culpável injustiça que esse desenvolvimento pode degenerar em acusação.

Começo, pois, por professar claramente que não empresto nenhuma intenção odiosa aos defensores do sistema que expus. Não creio que seu objetivo fosse concluir entre os homens que até o presente detestaram a república e aqueles que a desonraram outrora, um tratado cuja base fosse o opróbrio de seus fundadores. Mas afirmo que o que não foi seu objetivo é o resultado positivo de seu sistema. Por ele, todos os crimes poderiam ser perdoados, só os princípios seriam punidos. Proscrever-se-ia Vergniaud, justificar-se-ia Marat. Bastaria não ter nem contribuído para o estabelecimento da república, nem defendido os homens honrosos que para ela contribuíram; bastaria não ter se aliado ao governo republicano senão quando se tornou o governo decemviral: bastaria não ter trazido às convulsões revolucionárias nenhuma idéia, mas furores, para que todos os excessos, todas as atrocidades fossem desculpadas, como os apoios indispensáveis de uma instituição que os agentes do terror tinham sido forçados a defender.

É esse sistema que vou tentar refutar: e antes observarei que não é preciso confundir-lo com a doutrina de indulgência e esquecimento pelos excessos revolucionários, a única que pode fortalecer a paz interior da república. Não se me acusará de estar em oposição a essa doutrina. Foi até o presente uma acusação contrária que se tentou autorizar contra mim. Mas, essa doutrina só se apoia sobre os homens: o sistema que combato se apoia sobre os princípios. É bom sem dúvida jogar um véu sobre o passado: mas, se erros ou mesmo crimes podem ficar no passado, um sistema nele nunca pode ficar; axiomas não pertencem a nenhuma época, são sempre aplicáveis: existem no presente, ameaçam no futuro. Provar que é preciso perdoar os homens

que a desordem revolucionária desvairou, é uma tentativa muito útil, e antecipei meus adversários nesse caminho; mas pretender que esses desvairios, em si mesmos, eram uma coisa salutar, indispensável, atribuir-lhes todo o bem que se operou na mesma época, é, de todas as teorias, a mais funesta.

O terror, transformado em sistema e justificado sob essa forma, é muito mais horrível que a violência feroz e brutal dos terroristas, já que, em todo lugar onde esse sistema existirá, os mesmos crimes se renovarão, enquanto os terroristas podem muito bem existir, sem que o terror se renove. Seus princípios consagrados serão eternamente perigosos. Eles tendem a extraviar os mais sábios, a perverter os mais humanos. O estabelecimento de um governo revolucionário faria sair do meio da nação mais doce em aparência monstros tais como os que vimos: a lei de 22 do prairial criaria juízes carrascos entre os povos menos ferozes. É um grau arbitrário que basta para revirar as cabeças, corromper os corações, desnaturar todas as afeições. Os homens ou os corpos revestidos de poderes sem limites embriagam-se com esses poderes. Não se deve jamais supor que, em alguma circunstância, um poder ilimitado possa ser admissível e, na realidade, jamais ele é necessário.

126

Mas, se os princípios do terror são imutáveis e devem por consequência ser eternamente reprovados, seus seguidores, sendo homens, e, nessa qualidade mutáveis, podem ser influenciados, reconduzidos, pressionados. É, pois, a indulgência pelos homens que é preciso inspirar e o horror pelos princípios. Por qual estranha inversão faz-se subitamente precisamente o contrário? Persegue-se uma raça, outrora fanática e furiosa, mas passageira, apaixonada, volúvel, que cada dia diminui em número e cujo poder desastroso há tempos foi destruído por aqueles mesmos que hoje o espírito de partido desejaria desonrar com seu nome; e faz-se a apologia de um sistema destruidor por sua natureza e contra o qual não há nada a esperar mesmo dos benefícios do tempo! Não se é, pois, apenas implacável para com os indivíduos? Se um dia novos terroristas, qualquer que seja sua definição, se os partidários de um terror real, o único que hoje nos ameaça, controlassem a autoridade, eles poderiam nos expor aos sofismas que se acumulam, nos enumerar, a partir de autores célebres,

todos os felizes resultados do terror e apoiar essa terrível teoria sobre as próprias obras daqueles que se mostraram recentemente os mais ardentes inimigos.

Proponho-me provar que o terror não foi necessário à salvação da república, que a república foi salva apesar do terror, que o terror criou a maior parte dos obstáculos aos quais se lhe atribui a derrubada, que aqueles que ele não criou teriam sido superados de uma maneira mais fácil e mais durável por um regime justo e legítimo; em uma palavra, que o terror só fez mal e que foi ele que legou à república atual todos os perigos que, hoje ainda, a ameaçam por todos os lados.

Quando se faz a apologia do terror (e não é fazer sua apologia pretender que, sem ele, a revolução teria fracassado<sup>3</sup>?), cai-se em um abuso de palavras. Confunde-se o terror com todas as medidas que existiram ao lado do terror. Não se considera que, nos governos mais tirânicos, há uma parte legal, repressiva e coercitiva, que lhe é comum com os governos mais justos, por uma razão muito simples: é que essa parte é a base da existência de todo governo.

Diz-se, assim, que foi o terror que fez marchar às fronteiras, que foi o terror que restabeleceu a disciplina nos exércitos, que amedrontou os conspiradores, que abateu todas as facções.

Nenhuma dessas asserções é exata. Os homens que operaram todas essas coisas eram, com efeito, os mesmos que dispunham do terror: mas não foi pelo terror que eles as operaram. Houve, no exercício de sua autoridade, duas partes: a parte governante e a parte atroz, ou o terror. É a uma que é preciso atribuir seus sucessos, à outra suas devastações e seus crimes.

Como, ao mesmo tempo que eles devastavam, era preciso, para sua existência, governar, o terror e o governo coexistiram e, disso, o equivoco que fez tomar sucessivamente o governo pelo terror e o terror pelo governo.

---

<sup>3</sup> “Quando as revoluções não são mais sustentadas pelo fervor do povo, e elas não o são também por seu cansaço, elas fracassariam, na ausência da força, se não lhes sobreviessem, no meio do percurso, um reforço, e esse reforço, é o terror.” (*Des causes de la Révolution*, p. 28). Ser-me-ia permitido perguntar como uma revolução pode ser sustentada pelo cansaço de um povo? Que um governo seja sustentado por esse cansaço, isso se concebe: mas uma revolução, eu não o entendo.

Que ao se dizer que o terror ajudou o governo e que o horror que inspirou sua parte atroz redobrou a submissão à sua parte legítima, diz-se uma coisa evidente e comum. Mas disso não resulta que esse redobramento de horror foi necessário e que o governo não teria tido, pela justiça, os meios de inspirar um temor suficiente para forçar à obediência.

Sem dúvida, quando um juiz condena ao mesmo tempo um inocente e um culpado, o terror toma conta da alma de todos os culpados, como da alma de todos os inocentes. Mas a punição do culpado teria preenchido, com esse fim, tudo o que era necessário. Os culpados teriam igualmente tremido, quando unicamente o crime tivesse sido punido. Quando se vê ao mesmo tempo uma atrocidade e uma justiça, é preciso se guardar de fazer desses duas coisas um monstruoso conjunto; não se deve, sobre essa confusão deplorável, construir-se um sistema de indiferença pelos meios; não se deve atribuir sem discernimento todos os efeitos a todas as causas, e prodigalizar ao acaso sua admiração ao que é atroz e seu horror ao que é legal.

128      Separemos, pois, na história da época revolucionária, o que pertence ao governo do que pertence ao terror, e os direitos do governo dos crimes do terror.

O governo (não o considero aqui sob o aspecto de sua origem, mas simplesmente em sua qualidade de governo), o governo tinha o direito de enviar os cidadãos para expulsar os inimigos: esse direito pertence a todos os governos; eles o têm nos países monárquicos, eles o têm nos países republicanos, eles o têm na Suíça como também na Rússia; e como a grandeza legal de um delito resulta das conseqüências que ele pode ter, o governo tinha ainda o direito de ligar a pena mais severa à recusa de partir para as fronteiras, à deserção, à fuga dos soldados. Mas não foi isso que fez o terror. Ele enviou os Saint-Just, os Lebas para devastar exércitos obedientes e corajosos; aboliu todas as formalidades, mesmo militares; revestiu seus instrumentos de poderes ilimitados; confiou a sorte dos indivíduos a seus caprichos e a sorte da guerra a seu frenesi. Ora, esses horrores não serviram em nada à república. Mesmo que Saint-Just não tivesse feito perecer milhares de inocentes ao exército do Reno, o exército teria combatido menos? Não aviltemos nossos triunfos em sua fonte e

pensemos que não se pode atribuir nem a furores proconsulares, nem aos cadafalsos permanentes as vitórias de Arcole e de Rivoli.

O governo tinha o direito de escutar severamente a conduta de seus generais, ou vitoriosos, ou vencidos, e de julgar sem indulgência aquele dentre eles que merecia suas suspeitas. Essa justiça inflexível teria contido os traidores. Mas não foi isso que fez o terror. Entregou aqueles de quem suspeitava aos carrascos e derramou o sangue de guerreiros irreprocháveis. Esses assassinatos não tinham nenhuma necessidade, já que é preciso examinar a necessidade de assassinatos. Eles cessaram e nenhum general republicano desde então se tornou culpado de fraqueza ou de traição.

O governo tinha o direito de vigiar, de perseguir, de trazer diante dos tribunais aqueles que conspiravam contra a república; mas o terror criou tribunais sem apelação, sem formalidades e assassinou sem julgamento sessenta vítimas por dia. Pretendeu-se que essas atrocidades não foram sem fruto e que, a morte não escolhendo, tudo tremia<sup>4</sup>. Sim, tudo tremia sem dúvida; mas teria sido suficiente que todos os culpados tremessem, e o suplício de velhos, de octagenários, de meninas de quinze anos, de acusados não interrogados, não teria sido necessário para aterrorizar os conspiradores.

O governo tinha o direito de apelar a todos os cidadãos à contribuir com as necessidades do Estado e a lei o teria armado de uma severidade inflexível para forçá-los a isso. Mas o terror entregou a repartição e o produto dos sacrifícios particulares a agentes arbitrários e rapaces. Ele somente obteve pelo crime o que a lei teria assegurado à justiça; e o crime tendo-o forçado a empregar instrumentos infiéis e ávidos, o único efeito do terror foi de tornar os sacrifícios mais desastrosos aos indivíduos e menos úteis à república.

O governo tinha o direito, em um perigo imediato, de proibir aos cidadãos abandonar sua pátria; mas o terror atribuiu esse delito aos homens que não o tinham co-

---

<sup>4</sup> “Cada um tremeu por si, vendo que a morte não escolhia; e quando viu-se a prontidão com a qual ela golpeava, o terror redobrou. Se a forma dos procedimentos tivesse sido lenta, o terror teria sido temperado pela esperança; e se a morte só tivesse ameaçado aqueles que ela devia atingir, ela somente a estes teria contido.” (*Des causes de la Révolution*, p. 33.)

metido. Ele forçou os cidadãos a fugir, para puni-los por sua fuga, e multiplicando assim as falsas acusações, preparou, para o governo que o substituiu, um labirinto inextricável. Tornou as listas duvidosas, as maquinações fáceis, as exceções necessárias, a piedade universal; e, nessa ocasião como em todas, o terror, dirigindo a lei contra inocentes, forneceu aos verdadeiros culpados meios contra a lei.

O governo tinha o direito de punir os padres agitadores. Mas o terror proscreevou, assassinou, quis aniquilar todos os padres: recriou uma classe para massacrá-la e, enquanto a justiça teria paralisado o fanatismo, o terror, perseguindo-o, combatendo-o pela injustiça e a crueldade, dele fez um objeto sagrado aos olhos de alguns, respeitável aos olhos de um grande número, quase interessante aos olhos de todos.

Não levarei mais longe esse exame dos efeitos do terror. Concluo disso que o terror não produziu nenhum bem. Ao lado do terror existiu o que era necessário a todo governo, mas o que teria existido sem o terror, e o que o terror corrompeu e envenenou misturando-se a ele.

O que engana sobre os efeitos do terror é que se lhe atribui ser um mérito pela devoção dos republicanos. Enquanto tiranos devastavam sua pátria, eles persistiam em defendê-la contra os estrangeiros. Ameaçados pelo assassinato, eles não marchavam menos para a vitória.

O que engana ainda é que se admira o terror por ter derrubado os obstáculos que ele mesmo tinha criado. Mas pelo que o admiram, dever-se-ia acusá-lo.

Com efeito, o crime necessita do crime; e o terror tendo sublevado todos os espíritos, e todos os espíritos tendo se perdido nessa sublevação, o terror foi necessário para tudo pressionar. Mas, sem o terror, esse sublevamento não teria existido, e não se teria tido necessidade, para prevenir grandes perigos, de recorrer a terríveis remédios.

O terror causou a revolta de Lyon, a insurreição departamental<sup>5</sup>, a guerra da Vendéia; e, para submeter Lyon, para dissipar a coalizão dos departamentos, para esmagar a Vendéia, foi preciso o terror.

---

<sup>5</sup> Não se pensará, espero, que eu confunda com a revolta de Lyon e a rebelião da Vendéia, a insurreição departamental. O realismo logo tomou conta do movimento de Lyon. O fanatismo foi sempre o

Mas, sem o terror, Lyon não se teria insurgido, os departamentos não se teriam reunido, a Vendéia não teria proclamado Luís XVII.

Ainda a concessão que acabo de fazer é inexata. O terror devastou a Vendéia; mas foi só depois do terror que a justiça a pacificou.

“Um outro efeito do terror, dizem-nos, foi destruir os antigos hábitos e de dar aos novos costumes tanta força quanto o hábito teria podido fazê-lo. Dezoito meses de terror bastaram para retirar do povo usos de vários séculos e para lhes dar outros o que vários séculos teriam tido dificuldade em estabelecer. Sua violência dele fez um povo novo.” (*Des causes de la Révolution*, p. 44.)

Nada evidentemente mais falso. O terror ligou a tudo que se relaciona à república lembranças terríveis. Misturou uma idéia de moralidade às práticas mais pueris, às formas mais fúteis da monarquia.

É ao terror que é preciso atribuir o empobrecimento do espírito público, o fanatismo que se levanta contra todo princípio de liberdade, o opróbrio lançado sobre todos os republicanos, sobre os homens mais esclarecidos e os mais puros. Os inimigos da república tomam conta habilmente da reação que o terror causou. É da memória de Robespierre que se serve para insultar o espírito de Condorcet e para assassinar Sieyès. É a loucura de 1794 que faz abjurar, por meio de homens fracos ou amargos, as luzes de 1789.

---

móvel dos vendeanos. A coalizão departamental, ao contrário, nunca foi manchada por nenhuma aliança com inimigos da República. Essa tentativa da virtude contra o crime, dos amigos da ordem contra os celerados, foi pura em sua origem e continuou pura até sua queda. O mal mesmo, e a perspectiva de uma morte segura, não puderam engajar os chefes dessa insurreição a tomar nenhum meio perigoso para a pátria ou a liberdade, e, entre os numerosas perdas que a França sofreu sob a tirania dos decêmvros, a mais irreparável talvez é aquela dos homens conhecidos sob o nome de girondinos ou federalistas. Uma geração inteira foi devorada; e essa geração jovem, forte, nova, esclarecida, ainda que entusiasta, alimentada pelo estudo dos antigos, dos príncipes da filosofia, dos escritos de Voltaire e de Rousseau, prometia uma reunião de talentos, de idéias liberais e de coragem, que não se pode esperar reencontrar nem na geração que se apaga, nem naquela que se levanta. Estamos hoje entre velhos na infância e crianças mal educadas.

“O despotismo do terror, acrescente-se, devia preparar os caminhos para uma constituição livre e não é duvidoso que, se ele não a tivesse precedido, ela jamais teria podido se estabelecer.” (ibid., p. 44.)

Nada de mais falso ainda. O terror preparou o povo a se submeter a um jugo qualquer; mas tornou-o indiferente, talvez inapto à liberdade. Curvou as cabeças, mas degradou os espíritos e corrompeu os corações.

O terror, durante seu reinado, serviu aos amigos da anarquia e a lembrança do terror serve hoje aos amigos do despotismo.

Ele acostumou o povo a escutar proferir os nomes mais santos para motivar os atos mais execráveis. Ele confundiu todas as noções, afeiçãoou os espíritos ao arbitrário, inspirou o desprezo das formas, preparou as violências e os crimes em todos os sentidos. Marcou com a reprovação, aos olhos do vulgo, todas as idéias que abraçavam outrora com entusiasmo as almas generosas e que as almas comuns seguiam por imitação.

O terror forneceu à malevolência uma arma infalível contra todos os atos mais justos do governo. Estigmatizou com uma aparência enganosa e funesta a severidade mais legítima. O homem mais culpado, quando reclama contra a autoridade, a acusa de terror, e, por esse título, ele está certo de despertar todas as paixões e de armar a seu favor todos as lembranças.

O mal que fez o terror seria irreparável, se se chegasse a consagrar esse princípio de que ele é necessário *no meio* de toda revolução que tem por fim a liberdade.

Essa idéia, que faria enrubescer os franceses com uma liberdade adquirida a esse preço, desencorajaria as nações que não são ainda livres e produziria um efeito não menos funesto sobre os povos recentemente libertos. Ela os persuadiria que, para consolidar sua liberdade, são necessários crimes e excessos. Todos os celerados que a França rejeita e que os amigos da república são os primeiros a detestar, poderiam com esses raciocínios especiosos, extraviar nossos vizinhos ainda noviços, pintar-lhes nossos triunfos como o fruto dos atentados dos quais fomos vítimas e pregar o terror como uma crise, companheiro inevitável e *reforço necessário* de toda revolução.

É doce vingar a liberdade dessa imputação injusta e aviltante. O terror não foi nem uma seqüência necessária para a liberdade, nem um *reforço* necessário à

revolução. Ele foi uma seqüência da perfídia dos inimigos interiores, da coalizão dos inimigos estrangeiros, da ambição de alguns celerados, do desvario de muitos insensatos. Ele devorou os inimigos cuja imprudência o fez nascer, e seja os instrumentos cujo frenesi o servia e seja os chefes que pretenderam dirigi-lo. Os republicanos sempre foram suas vítimas. Eles o combateram no momento em que o viram levantar-se. Apelaram em seu socorro a todos aqueles que motivos urgentes, o interesse de seu repouso, de sua fortuna, de sua vida deveriam comprometer a se reunir a eles. Ressentimentos absurdos, um tímido egoísmo, um desejo estúpido de ser vingado dos seus vencedores, mesmo por seus assassinos, impediram essa reunião. Os republicanos foram abandonados: eles sucumbiram. Mas sua queda faz sua apologia: sua morte responde a esses vis caluniadores, ou a esses homens amargos, que representam os primeiros inimigos de Robespierre como seus cúmplices, os mártires da ordem social como seus destruidores. Volteis a ler seus discursos, em que em vão vos invocavam no apoio às leis. Volteis a traçar essa luta desigual e corajosa, que eles sozinhos sustentaram por longo tempo, sem defesa, em meio a vós, espectadores então imóveis, hoje seus acusadores.

133

O terror começou com sua derrota e se consolidou sobre seus túmulos. Vós procurareis em vão recuar-lhe a sua época. Desordens particulares, calamidades monstruosas, mas momentâneas e ilegais, não constituem o terror. Ele somente existe quando o crime é o sistema de governo e não quando é o inimigo, quando o governo ordena e não quando o combate, quando organiza o furor dos celerados, não quando invoca a ajuda dos homens de bem<sup>6</sup>.

O terror se estabeleceu na França depois da queda dos primeiros republicanos, depois da fuga, do aprisionamento ou da proscrição de seus amigos.

Não se deve, pois, confundir a república com o terror, os republicanos com seus carrascos. Não se deve, sobretudo, fazer a apologia do crime e a sátira da virtude.

---

<sup>6</sup> Vejais, sobre essa distinção importante, a obra interessante que acaba de publicar o cidadão C. Leuillette, jovem escritor cheio de talentos, de coragem e de amor pela liberdade, p. 15 e ss.

Já que, enfim, quereis adotar a república, não se deve desonrar os que a fundaram, nem proscrever os que a defendem.

Citais a república de Roma. Mas vos enganais sobre os fatos. A *monarquia* romana foi fundada por bandidos e a *monarquia* romana não subjugou um quarto da Itália. A *república* romana foi fundada pelos mais austeros e mais virtuosos dos homens<sup>7</sup>: certamente depois da expulsão dos tarquínios, não havia, acho, um cidadão em Roma que ousasse difamar a memória de Junius Brutus<sup>8</sup>.

Todos vós, antigos amigos da liberdade, indecisos hoje, retidos por considerações, engajamentos, lembranças ou medos, vedes mal vossa situação. Vestis um tipo de orgulho que vos cega. Disfarçais a impulsão retrógrada que favorecestes e que já vos ameaça. Concebeis a esperança de moderá-la favorecendo-a ainda. Acreditais desarmar a aristocracia por meio de elogios, enquanto os republicanos só vos pedem justiça. Afagais homens que, apesar de necessitarem de vós, vos prodigalizam a re-

---

<sup>7</sup> Chegando à época da expulsão dos tarquínios, Tito-Lívio observa que é um grande sinal da proteção de Deus e uma grande felicidade para Roma que ela não fosse constituída como república no momento de sua fundação, mas somente duzentos e quarenta anos depois, quando seus primeiros habitantes, que eram somente bandidos indisciplinados e incapazes para a liberdade, deram lugar a uma geração mais polida em seus hábitos, mais educada em seus sentimentos e com mais moral em seus princípios.

<sup>8</sup> Há nas instituições políticas uma parte que, se me permitem uma expressão muito inexata, sob muitos aspectos, mas que fará sentir minha idéia, é, por assim dizer, um dogma, e que é necessário, para o fortalecimento dessas instituições, apresentar ao povo como um objeto de respeito. Os acontecimentos e os homens aos quais uma instituição deve sua origem estão nesse caso. O ódio que se lança sobre eles recai inevitavelmente sobre a instituição. Pode ser que, quando o tempo tiver separado os ódios dos fatos, os ressentimentos das lembranças e as coisas dos indivíduos, o opróbrio de uns não recaia sobre os outros. Então, insultar a memória dos republicanos não será mais que uma injustiça. Mas hoje, em uma revolução da qual somos contemporâneos, desonrar os chefes dessa revolução, é desonrar a própria revolução. Apreciar a república detestando seus fundadores é uma operação muito abstrata para os homens comuns. É preciso ao menos que essa república tenha por ela o hábito e os interesses individuais que se agrupam em torno do governo que existe, antes que possa se sustentar sozinha, e resistir às prevenções que se quer inspirar contra seus autores. É impossível que o povo não retorne por impulsão em direção à realeza se lhe representam a república como estabelecida por bandidos e consolidada por crimes; e eu não conheço meio mais seguro de contra-revolução, que difamar Condorcet e Vergniaud, pintar o 10 de agosto como um atentado e representar em seguida o 31 de maio e os horrores que o seguiram como um resultado necessário da derrubada da monarquia.

provação e vos anunciam o insulto, e rejeitais aqueles que vos mostraram a desconfiança, mas que poderíeis tranquilizar<sup>9</sup>.

Os aristocratas diferem de vós pelos princípios, só se aliaram a vós pelos ódios individuais; vos ajudam a destruir o que quereis destruir, mas o que quereis conservar, eles o destruirão.

Os republicanos estão separados de vós por esses ódios individuais que reaproximam de vós os aristocratas; mas, se vossas intenções são tais como o dizeis (e quem não gostaria de acreditar nisso?), os republicanos estão unidos a vós por interesses e princípios. Querem vos impedir de destruir; vos ajudarão a conservar.

Sois, aos olhos dos aristocratas, homens criminosos; aos olhos dos republicanos, sois apenas homens duvidosos. Os aristocratas poderão no máximo concordar com vossos serviços, sem esquecer vossos erros; e nada vos limpará de ter começado essa revolução que eles execram: somente reparareis uma pequena parte dos males que vos atribuem, e, tornando inútil o que fizestes pela liberdade, não apagareis o que vos acusam de ter feito pela anarquia.

Tranqüilizados a respeito de vossas intenções, os republicanos vos receberão com reconhecimento, como úteis e honrosos aliados. Tudo o que fizestes pela liberdade é um mérito a seus olhos.

Os aristocratas vos reprovam ações: essas ações, não podeis nem negá-las nem apagá-las. Somente vossas intenções são suspeitas aos republicanos e podeis facilmente provar que nunca as tivésseis censuráveis ou que as abjurastes.

Entre os aristocratas e vós, tendes necessidade de perdão: entre os republicanos e vós, só é preciso confiança.

E não digais que a confiança é difícil de estabelecer, que os republicanos são desconfiados, exclusivos, intratáveis; a verdade é todo-poderosa e apelo a vós mesmos: não sentis o que não fizestes e o que podeis fazer para merecê-la?

---

<sup>9</sup>“Nas guerras de partido, diz um autor eloqüente e célebre, o partido vencido se vinga sempre dos homens pelo triunfo que cede às coisas.” (*De l'influence des passions*, p. 225.)

Mas, não é preciso vo-lo disfarçar, não é protestando vossa ligação com as instituições e vosso ódio pelos homens; não é protegendo tudo o que ameaça a república, servindo-vos contra a liberdade das armas que a liberdade vos dá; não é aplaudindo escritores audaciosamente ou insidiosamente contra-revolucionários; não é encorajando todas as calúnias que se vertem sobre homens que, durante dois anos, padeceram sob a tirania, que a combateram, que a derrubaram, e que, desde sua queda, serviram com todo o seu poder a liberdade; não é assim que provareis vossa franqueza. Não se gosta das instituições das quais se perseguem ou das quais se insultam os autores.

Honrai conosco os fundadores da República<sup>10</sup>; não profaneis os túmulos daqueles que os tiranos imolaram: rendei justiça àqueles que escaparam aos furores dos decêmviros, àqueles que derrubaram seu terrível império, àqueles que, em meio as tempestades, vos deram uma constituição cem vezes mais sábia do que aquela de 1791, concebida e redigida na calma, àqueles que, achando os estrangeiros a trinta léguas de Paris, concluíram a paz a trinta léguas de Viena.

É assim que frustareis as esperanças da aristocracia, que especula sobre vossos ressentimentos, jacta-se de vossos ódios e olha como uma arma contra os republicanos e contra vós vossa popularidade passageira, digo, vossa popularidade já quase apagada e da qual retendes com esforço os restos fugitivos.

136

---

<sup>10</sup> Dir-se-á que a República foi proposta por Collot d'Herbois? É uma miserável chicana. Aqueles que se compreendem sob o nome de fundadores da república são os homens que foram os primeiros a disseminar na França as idéias republicanas, que, em 1791, confessaram claramente sua ligação com essa forma de instituição, que, durante todo o curso da Assembléia Legislativa, elevaram-se contra a pérfida inércia da Corte e derrubaram a constituição monárquica para salvar a liberdade. É também absurdo olhar os sicários de Collot d'Herbois e de Robespierre como os fundadores da República, como seria atribuir a insurreição do 14 de julho aos homens que massacraram Flesselles e de Launay. Os pilhadores que seguem um exército vitorioso não compõem o seu estado-maior; e se, por acaso, chegam a assassinar os generais, para se entregar em seguida aos mais horríveis excessos, poder-se-ia bem dizer que apoderaram-se da vitória para desonrá-la, mas não que eles a conquistaram. É aos nomes dos Vergniaud, dos Condorcet, que é preciso ligar o estabelecimento da República; e desprezo eterno a quem não respeita esses nomes caros às luzes, ilustres pela coragem e sagrados pela infelicidade.

É assim que colocareis um dique à torrente da contra-revolução que nos envolve por todos os lados. É assim que em lugar de passar por facciosos que só souberam destruir, que precipitaram seu país em um abismo de males invocando a liberdade, e precipitaram-no em seguida em um novo abismo invocando a ordem, sereis, com os republicanos, os salvadores da França, e, se eles tiveram a glória de fundar a república, tereis aquela de tê-la consolidado.

10 do prairial, ano V [29 de maio de 1797].